

A Fotografia no debate sobre identidade étnico-racial nas escolas: o Projeto de Extensão “Luz Negra”¹

Rostand de Albuquerque MELO²

Joyce de Sousa LIMA³

Ana Júlia Morais SOARES⁴

Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, PB

RESUMO

Partindo do pressuposto de que a fotografia pode ser adotada enquanto ferramenta pedagógica, apresentamos neste artigo o relato de experiência do Projeto de Extensão “Luz Negra”, desenvolvido na Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). O projeto promoveu, no decorrer de 2018, oficinas de fotografia em duas escolas da Rede Pública de Campina Grande-PB, discutindo a cultura Afro-Brasileira por meio da linguagem fotográfica. O objetivo é contribuir para a efetivação da legislação que determina a inclusão da cultura afro-brasileira no currículo escolar. O projeto fundamenta-se nas ferramentas metodológicas da Educomunicação e na fotografia enquanto elemento de representação social da realidade. Os resultados apontam que a fotografia contribui para a percepção dos discentes sobre o processo de construção de suas identidades sociais e a melhoria da auto-estima a partir da valorização da estética negra, bem como fomenta o debate em sala de aula.

PALAVRAS-CHAVE: Fotografia. Cultura Afro-brasileira. Educomunicação.

1. INTRODUÇÃO

Iniciado em 2018, o Projeto de Extensão “Luz Negra” promoveu oficinas de fotografia em duas escolas da Rede Municipal de Campina Grande na perspectiva de utilizar a linguagem fotográfica como ferramenta lúdico-pedagógica para fomentar o debate sobre as relações étnico-raciais em turmas do Ensino Fundamental 2 (5º ao 9º ano). Partindo dos resultados preliminares obtidos nessa primeira experiência, apresentamos a proposta de renovação do projeto, circulando por outras escolas públicas da cidade onde está inserido o campus sede da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). A renovação

¹ Trabalho apresentado na DT 7 - Comunicação, Espaço e Cidadania do XXI Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste, realizado de 30 de maio a 1 de junho de 2019.

² Professor do Curso de Jornalismo da UEPB, e-mail: rostandmelo@gmail.com

³ Estudante de Graduação do Curso de Jornalismo da UEPB e bolsista do projeto, e-mail: joycesolsa@gmail.com

⁴ Estudante de Graduação do Curso de Jornalismo da UEPB, e-mail: anajuliamorais@gmail.com

visa, ainda, consolidar e aperfeiçoar a metodologia construída coletivamente pela equipe no decorrer das oficinas, bem como difundir a experiências em eventos acadêmicos de pesquisa e extensão.

A meta é contribuir na superação de uma lacuna ainda existente no que se refere ao cumprimento do que preveem as Leis Federais Nº 10.639/2003 e Nº 11.645/2008, que determinam a inclusão do ensino das culturas afro-brasileira e indígena no currículo escolar, numa perspectiva interdisciplinar. Ao identificarmos na comunidade escolar a existência de uma demanda específica, nos propomos a contribuir a partir de atividades extensionistas que integrem os alunos de graduação do curso de Jornalismo da UEPB e os professores, gestores, servidores e estudantes da Rede Pública Municipal, fortalecendo a formação ética-humanística dos graduandos participantes e promovendo a construção de vínculos entre a comunidade universitária e o contexto social de seu entorno.

Em 2018, o projeto “Luz Negra” ofereceu oficinas de fotografia⁵ nas escolas municipais Manoel da Costa Cirne, localizada no bairro do Pedregal, e Escola Tiradentes, situada no bairro de Santa Rosa.

2. A RELEVÂNCIA DO DEBATE ÉTNICO-RACIAL NO AMBIENTE ESCOLAR

Os dados estatísticos demonstram que a população negra representa, de acordo o censo 2010, 53,6% da população brasileira. No Estado da Paraíba, ainda segundo o censo de 2010, 53% da população se declarou como parda, 5% como afrodescendente, 40% como branca e apenas 0,001% como indígena. Mesmo sendo maioria, o povo negro continua sendo tratado como “minoridade” devido aos estigmas e preconceitos reproduzidos ao longo dos séculos no Brasil e em outros países do mundo. A migração forçada do povo africano para as Américas promoveu, ao mesmo tempo, um contexto de violência e

⁵ Participaram da aplicação das oficinas os seguintes graduandos do curso de jornalismo da UEPB: Ana Cláudia dos Santos Araújo, Ana Júlia Moraes Soares, Joyce de Sousa Lima (bolsista), Myrlla Raffene dos Anjos, Nicolay Silva e Renan Lutiane Silva Fernandes

segregação representada em seu caso extremo pela escravidão. Mas, apesar da abolição, vários direitos ainda são negados cotidianamente à população afrodescendente, muitas vezes impedindo-os de exercer uma liberdade plena.

Esse contexto de preconceito está presente em vários contextos sociais, seja no mercado de trabalho, no acesso a direitos sociais ou mesmo nos conflitos que em muitos casos permeiam as relações entre crianças e adolescentes no ambiente escolar. O *bullying* e a reprodução de estigmas sobre a textura dos cabelos ou a cor da pele, apenas para citar alguns exemplos, ainda são dilemas comuns enfrentados pela juventude negra. Tal cenário apresenta uma demanda pela inclusão de práticas pedagógicas que coloquem o tema em debate na comunidade escolar, integrando alunos, familiares, professores, gestores escolares, funcionários da escola e a comunidade no entorno.

Consideramos que o problema pode ser ainda mais delicado quando se trata de estudantes na pré-adolescência, fase de construção da própria identidade. É justamente esta fase, representada pela faixa etária dos alunos nos anos finais do ensino fundamental, que o presente projeto de extensão pretende atender por meio do uso da fotografia direcionada à temática da cultura afro-brasileira.

Acreditamos que o contexto histórico de segregação da população negra no Brasil, por si só, já seria suficiente para evidenciar a necessidade de pautar o tema na escola. Entretanto, esta necessidade se materializou de modo oficial com a aprovação de duas leis federais que tornam obrigatória a inclusão da cultura afro-brasileira e indígena nos currículos escolas de todos os níveis de ensino, desde a educação infantil ao ensino superior.

A Lei Federal Nº 10.639 entrou em vigor em 9 de Janeiro de 2003, alterando a Lei Nº 9.394/1996 (que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional) para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-brasileira”. O texto da lei especifica que:

O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil (BRASIL, 2003).

Mais adiante, a legislação prevê que as temáticas obrigatórias não estarão vinculados a uma disciplina específica ao determinar que “Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras” (op. cit).

Cinco anos depois, em 10 de março de 2008, entra em vigor a Lei Federal Nº 11.645, que inclui a história e cultura do povo indígena no currículo oficial de ensino, mantendo-se a mesma estrutura prevista anteriormente para a inclusão das temáticas relativos ao povo negro.

3. REPRESENTAÇÃO SOCIAL DA REALIDADE NO DISCURSO FOTOGRÁFICO

Partimos do pressuposto de que a fotografia é um modo de representação social da realidade, assim como o jornalismo e outros tipos de linguagens midiáticas. Assim sendo, a imagem fotográfica é capaz de expressar a subjetividade dos sujeitos que a produzem, difundir visões de mundo (assim como estigmas e estereótipos) ou gerar reflexão crítica sobre os contextos por ela representados. Entretanto, essa percepção da fotografia nem sempre foi consensual.

Assim como ocorreu com o jornalismo e a chamada “teoria do espelho”, que considerava as notícias como uma mera determinação da realidade “tal que ela é”, a fotografia também já foi percebida por teóricos e fotógrafos como um registro fiel da “realidade”, como uma reprodução objetiva e mecânica dos fatos. Esse tipo de abordagem sobre a fotografia está representado no conjunto de ideais que podemos classificar como “teorias do dispositivo”, conforme aponta Santos (2009). Enfatiza-se a potencialidade do dispositivo técnico da câmera fotográfica em registrar mecanicamente aquilo que está diante de suas lentes, de modo objetivo como uma espécie de prova material da existência física do objeto retratado. A subjetividade do ato de fotografar fica então em segundo plano. Nessa linha de pensamento encontram-se alguns dos clássicos da teoria fotográfica, a exemplo de Barthes (1998), Dubois (1993) e Schaeffer (1996). Na obra “A Câmara Clara”, Roland Barthes (2017) defende uma espécie de “aderência” entre a fotografia e o objeto ou personagem por ela representado. O autor afirma que “tal foto,

com efeito, jamais se distingue do seu referente (do que ela representa), ou pelo menos não se distingue dele de imediato ou para todo mundo” (BARTHES, 2017. P. 12). Esse tipo de abordagem contribuiu para cristalizar um modo específico de recepção da fotografia, vista como prova da veracidade dos fatos retratados. Percepção esta que também exerceu influência no campo do fotojornalismo, onde a imagem é por diversas vezes usada como “prova testemunhal” dos fatos.

Por outro lado, temos a percepção de que a fotografia não exerce a função de estabelecer uma implicação direta entre a imagem e o fato em si, mas atua na perspectiva da analogia. “A fotografia funciona mediante a constituição e o reconhecimento de formas relacionais que permitem estabelecer proporções, correspondências e equivalências com aquelas oferecidas na percepção direta da realidade” (SANTOS, 2009. P. 118). Esses parâmetros para compreensão do contexto apresentado pela fotografia são indicados por quem a produz. Enfatiza-se o ponto de vista do fotógrafo e, desse modo, relativiza-se a força do dispositivo. “A imagem fotográfica não simplesmente “se liga” a uma realidade externa, mas é construída internamente pela maneira como se configura o mundo visual na bidimensionalidade da sua superfície” (op. cit. P. 119).

Percebe-se que a fotografia não é apenas uma mera “réplica do real”, mas sim um modo de discurso (visual) construído intencionalmente por quem a produz por meio de uma série de convenções e valores que tornam possível sua compreensão por quem partilha dos mesmos parâmetros ou ao menos consegue entendê-los e identificá-los:

Ao assumir a existência de uma organização intencional dos componentes da imagem, o fotógrafo sai do papel passivo de mero acionador de um dispositivo para assumir posição ativa. Ela vai à realidade para descobrir nela o modo, a perspectiva ou o ponto de vista que julgue ser mais adequado para se reportar a ela. (op cit. P. 119)

A fotografia carrega consigo, nessa perspectiva, as intencionalidades de que a produz, bem como é formatada também a partir de aspectos subjetivos. Toda fotografia é construída por meio de um conjunto de escolhas que começam desde a seleção do tipo de câmera, objetiva e iluminação usar, até aspectos mais “estéticos”, como ângulos, regras de composição e elementos que integram ou não a cena. A organização dos elementos da cena, dependendo do modo como é feita, pode despertar emoções, comover e ao mesmo tempo gerar reflexão.

Partindo dessa abordagem, consideramos que a fotografia pode ser aplicada em projetos de caráter educativo ou social na medida em que permite o exercício da empatia, do colocar-se no lugar do outro, de perceber a realidade social da mesma posição e ponto de vista do outro. Ou de ao menos ter acesso ao ponto de vista adotado pelo outro para representar a realidade a sua volta. O ato de acionar o disparador da câmera não se refere apenas a um mero processo mecânico, mas configura-se como um processo ativo de construção intencional e consciente de um discurso visual sobre aquilo a que se propõe retratar.

A noção de que a fotografia é um processo de “construção de realidades” também está presente na obra de Kossoy (p. 53), que aponta inclusive para a possibilidade ficcional da fotografia ou mesmo tempo em que este tipo de linguagem visual também atua enquanto documento. Em ambos os casos, há um processo ativo de elaboração da realidade:

A criação e interpretação das imagens (a partir do real ou das fantasias individuais e coletivas que povoam nosso imaginário) inserem-se em processos de criação de realidades. A fotografia resulta sempre desta construção, seja ela realizada enquanto expressão do autor (sem finalidades utilitárias), seja como registro fotojornalístico ou meio de criação publicitária, não importando se obtidas segundo tecnologias tradicionais ou digitais. Vemos diariamente como a publicidade e a mídia constroem “realidades” e “verdades”. (KOSSOY, 2007. P.63)

Ao discutir a história da fotografia na América Latina, Kossoy enfatiza as relações da produção fotográfica com um contexto social e cultural repleto de desigualdades e estigmas.

Era necessário enfatizar o papel que a fotografia teve enquanto testemunho ideologicamente construído com o objetivo de criar e difundir, a partir do século XIX, a imagem/conceito de uma América Latina ambígua que, sob o manto do exótico, era plena de preconceitos. Era necessário expor as raízes racistas dos conceitos que se cristalizaram sobre a América Latina. (KOSSOY, 2007. P.65)

Partindo-se dessa reflexão, cabe questionar: qual o tipo de representação que é destinado ao povo negro na publicidade e no fotojornalismo? Partindo-se do pressuposto de existe uma espécie de “silenciamento” dos personagens negros na mídia, bem como uma representação por vezes marcada por estereótipos e estigmas, percebemos que as

fotografias produzidas e difundidas comercialmente (seja pela imprensa ou pela publicidade) não são representações aleatórias ou muito menos representem “fielmente” um reflexo da realidade social tal qual ela é. Trata-se, também neste caso, de uma produção fotográfica clivada de interesses e formatada a partir de enquadramentos ideológicos específicos, como também nos demonstra Kossoy:

As imagens são concebidas e materializadas conforme as intenções de seus autores. Segundo um filtro cultural e uma determinada visão de mundo. Tal se percebe claramente ao longo da história da fotografia e da própria história da imprensa. O documento fotográfico, fragmentário por natureza, é o resultado final de elaboradas construções técnicas, estéticas e culturais desenvolvidas ao longo da produção da representação: daí se prestar a olhares e usos ideológicos determinados. Contudo, ao estudarmos as informações produzidas pela mídia, não apenas as imagens importam, como também a sua articulação com as demais formas de expressão. (KOSSOY, 2007. P.104)

Para construir alternativas a este processo de difusão de imagens enviesadas sobre o povo negro e contribuir para o combate sistemático às diversas formas de preconceito étnico-social, consideramos ser necessário abrir frentes em um processo de apropriação das linguagens midiáticas, principalmente nas mãos dos jovens em idade escolar e em processo de formação da personalidade, dos valores de mundo e também da própria autoestima, seja enquanto indivíduo ou ainda enquanto membro de uma coletividade de traços físicos e identitários comuns.

4. O CONTEXTO DA EDUCOMUNICAÇÃO

Neste processo, consideramos importante acionar os pressupostos do campo de intervenção denominado de “Educomunicação” com forma de inserir as linguagens midiáticas no ambiente escolar de modo ativo, como ferramenta de expressão e empoderamento dos sujeitos envolvidos no processo de aprendizagem. Como destaca Soares (2014), um dos principais teóricos do campo da educomunicação no Brasil, esse campo de atuação vai além da interface entre os campos já consolidados da educação e

da comunicação, mas cria um campo autônomo de atuação fundamentado em práticas e modelos de intervenção específicos:

O conceito da Educomunicação pressupõe, contudo, a autonomia epistemológica de sua ação, uma vez que busca sua sustentação não exatamente nos parâmetros da Educação (em suas filosofias ou didáticas) ou, mesmo, da Comunicação (em suas teorias e práticas), mas na interface entre ambas (o mundo que se revela no encontro dos dois campos tradicionais). No caso, a Educomunicação dialoga com a Educação, tanto quanto com a Comunicação, ressaltando, por meio de projetos colaborativamente planejados, a importância de se rever os padrões teóricos e práticos pelas quais a comunicação se dá. (SOARES, 2014. P. 23)

O conceito de educomunicação, apesar de ser relativo novo enquanto campo definição sistematizada de um campo autônomo, carrega consigo as experiências de práticas bem anteriores que já enfatizavam o potencial reflexivo e expressivo do uso de linguagens midiáticas em sala de aula, a exemplo das práticas do pedagogo francês Célestin Freinet (1896-1966) com a adoção do jornal-escola já na primeira metade do século XX e das atividades desenvolvidas nas décadas de 1980 e 1990 pelo radialista e educador argentino Mário Kaplún, com atuação direcionada à comunicação popular. De acordo com Freitas (2015), Kaplún foi um dos responsáveis pela criação e difusão de estratégias como o “método de leitura crítica” e o “método de cassete-foro”, este último definido por ele como um “sistema de comunicação para a promoção comunitária e a educação de adultos, colocado a serviço de organizações populares – rurais e urbanas – centrais cooperativas, centros de educação popular, programas de educação à distância” (KAPLÚN, 1988. P.9).

Neste sentido, o projeto de extensão insere-se no contexto da Educomunicação ao adotar a linguagem fotográfica como vetor de estímulo à reflexão sobre as temáticas referentes à cultura afro-brasileira, permitindo a o estabelecimento de relações entre aspectos teóricos e históricos em torno do tema e o cotidiano dos participantes, presente no processo de aprendizagem por meio das imagens produzidas por eles no decorrer das dinâmicas vinculadas às oficinas.

5. RELATO DE EXPERIÊNCIA: AS OFICINAS DO PROJETO “LUZ NEGRA”

Iniciar um projeto educomunicativo com um grupo de estudantes de Jornalismo certamente é um grande desafio, pois, neste curso aprendemos como devemos comunicar, a forma certa de transmitir a informação de maneira que seja compreendida pelo público. Com o projeto lidamos com a incerteza de conseguir passar tais informações, tendo em vista que não estávamos tratando de receptores ‘passivos’ que fossem consumir tudo o que fosse falado, sem interferência. Visando preencher as lacunas que faltavam, houve uma semana de capacitação e mesmo com todas as dicas e relatos ouvidos nela, era a primeira vez que não estaríamos no papel de emitir um acontecimento, teríamos que passar um conteúdo pensando na maneira que isso poderia ser entendido e colocado em prática. Nas oficinas nos tornamos professores ao invés de “só” comunicadores. Nessa incursão pela sala de aula da rede pública de educação, fomos intitulados de “tios” e “tias” pelos alunos participantes, nos sendo retribuído com afeto.

De início, lidamos com a dúvida e a expectativa de como seria “dar aula”. O primeiro contato foi extremamente importante, porque não sabíamos se uma oficina de fotografia chamaria a atenção das crianças. Iniciamos o trabalho na Escola Municipal Manoel da Costa Cirne (Neco Cirne), localizada no bairro do Pedregal. Antes do início das oficinas, houve o contato entre o coordenador do projeto e o diretor da escola, para saber a disponibilidade de dia e hora, juntamente com o espaço para a realização da oficina. Com tudo já estabelecido começamos na quinta-feira, do dia 20 de Setembro, às 14 horas. Mesmo com todas as reuniões de planejamento e acompanhamento, o primeiro dia ainda foi improvisado, pois não tivemos uma sala. Todas as salas estavam ocupadas e a supervisora do turno da tarde não tinha sido avisada das demandas para a realização das atividades do projeto. Assim sendo, os primeiros contatos foram feitos na biblioteca.

As crianças estavam entre a curiosidade e a negação de algo novo. Aplicamos um questionário, com o objetivo de obter um resultado percentual do processo evolutivo. Percebemos certa dificuldade no reconhecimento do que é ser negro. Um assunto que continua preso aos padrões da história do Brasil e uma passagem rápida sobre a África. Vimos que seria uma lacuna a qual o projeto teria de suprir. Ainda nos primeiros contatos, conseguimos identificar a necessidade da desmistificação e da quebra de alguns estereótipos, a quais eram muito fortes principalmente relacionado ao quesito beleza. A percepção da própria imagem era bastantes negativa entre a turma formada por pré-adolescentes. Nenhum dos participantes classificou a si mesmo como “negro (a)” ao responder o questionário, mesmo havendo crianças negras no grupo. Os cabelos das

meninas estavam sempre presos e identificamos a ocorrência frequente de bullying no grupo, com parte das supostas “brincadeiras” sendo relacionadas a aspectos como cor da pele e tipo de cabelo.

Dado início no Neco Cirne, a ideia era começar paralelamente na Escola Municipal Tiradentes, localizada no bairro da Santa Rosa, de maneira que fosse seguido o mesmo plano de aula nas duas escolas. Entretanto houve alguns percalços que adiou o início para a quarta-feira 10, do mês de Outubro. Assim como na Neco Cirne, no primeiro dia ocorreu alguns imprevistos e não tivemos uma sala específica. Inicialmente, ficamos na sala dos professores onde aplicamos o questionário, entretanto foi notório o desconforto dos alunos de responderem ao lado dos professores. Após o intervalo, nos deslocamos para a biblioteca da escola e começamos de fato a aula lá. Ao contrário do que ocorreu na Escola Neco Cirne, não tivemos acesso ao uso de equipamentos de datashow na biblioteca na Escola Tiradentes, o que nos obrigou a modificar as estratégias adotadas. Tentamos introduzir de maneira leve os princípios básicos da fotografia e de como iríamos trabalhar ela ao decorrer das oficinas.

Um ponto a ser ressaltado é diferença relevante entre as duas escolas em relação à faixa etária das turmas participantes, algo que acabou sendo estabelecido pelos próprios estudantes que se dispuseram a participar da oficina. Na Escola Neco Cirne os alunos tinham entre 11 a 13 anos, já na Escola Tiradentes as idades ficaram na faixa entre 14 e 15 anos de idade. Mesmo sendo uma distância pequena, ela nos forçou a reestruturar os assuntos e a maneira de ensinar, já que os estudantes da Tiradentes apresentaram uma resistência enquanto a parte teórica de fotografia e o conteúdo africano e afro-brasileiro. No início foi trabalhosa a adaptação de um único conteúdo para duas linguagens. Precisávamos fazer dois slides para cada conteúdo, duas propostas de dinâmica e sempre deixar um “plano b” de reserva. O que era aplicado com as crianças do Neco Cirne não tinha a mesma eficácia na Tiradentes.

Apesar da necessidade de adaptações quanto às estratégias didáticas, seguimos o roteiro temático estabelecido previamente, organizado em oito encontros com as turmas participantes. No primeiro encontro, onde realizamos dinâmicas de apresentação e identificamos o nível de conhecimento das turmas em relação à fotografia e sobre elementos da cultura afro-brasileira. Ainda no primeiro dia de oficinas, promovemos um debate sobre a presença da fotografia no cotidiano dos participantes e solicitamos que cada um traga na semana seguinte uma fotografia pessoal que possua uma importância

afetiva para cada um. No segundo encontro, a partir das fotos trazidas pelos discentes, discutimos e demonstramos como o ato fotográfico vai além dos aspectos técnicos, relacionando-se com elementos mais subjetivos, como a memória, os afetos, as relações sociais, com o processo de construção de identidade e pertencimento, bem como com a autoestima, os hábitos de consumo e o estabelecimento de padrões estéticos de beleza. Nos surpreendemos ao perceber que no contexto de maior vulnerabilidade social onde está inserida, por exemplo, a Escola Municipal Neco Cirne, há crianças que afirmam não ter nenhuma foto impressa em suas casas, sem porta-retratos, quadros ou álbuns de família. Aquilo que parece ser um produto banal e amplamente difundido, como a fotografia, é visto ainda como artigo de “luxo” em determinados contextos sócio-econômicos. Houve o caso de uma estudante que só possuía fotos pessoais em arquivos de celular e ainda assim com baixa resolução e cuja participação na dinâmica só foi possível devido a disponibilidade de uma das integrantes do projeto em imprimir uma foto enviada pela aluna por e-mail. Já o contexto da turma formada na Escola Tiradentes era distinto, tendo em vista que um dos participantes já detinha conhecimentos prévios de fotografia por ser parente de um fotógrafo profissional, bem como pelo contexto social dos participantes e sua faixa etária.

A partir do terceiro encontro, as dinâmicas passaram mesclar quatro elementos: 1) Apresentação de elementos da linguagem fotográfica, 2) atividades práticas para compreensão do funcionamento da fotografia, 3) formação de repertório visual e 4) debate sobre a representação do povo negro na fotografia. Essa estrutura foi mantida do terceiro ao sétimo encontro, em ritmos distintos para cada turma. Nas etapas de apresentação da linguagem fotográfica e de realização de atividades práticas abordamos temas como variáveis de exposição, registro de movimento na fotografia, controle de profundidade de campo e composição com atividades como *light painting*, *splash*, produção de fotografias no ambiente escolar e produção de retratos.

Na etapa de formação de repertório visual, apresentamos de fotografias de importância histórica e de diferentes gêneros da fotografia, com o objetivo de dotar os participantes de repertório fotográfico que influencie positivamente em sua produção fotográfica, bem como fomenta a reflexão e debate sobre as representações do negro na fotografia (etapa 4). Foram selecionadas imagens vinculadas à cultura afro-brasileira, a exemplo das imagens de fotógrafos como Pierre Verger, Walter Firmo, Akira Cravo, Juca Cipó e Milton Guran, entre outros.

Observar e sentir o ritmo das turmas foi o principal aliado para superar os desafios da sala de aula. Com as barreiras da metodologia sendo vencidas, envolver as turmas foi ficando cada vez mais fácil. Utilizar fotografias que remetessem a cultura afro-brasileira fez com que os temas se unissem e os debates ficassem mais próximos da realidade deles. As dúvidas e conceitos que estavam “entranhado” neles foram se diluindo no decorrer das oficinas. E ao montar os slides, percebemos a carência na produção visual com modelos negros, dando força para criação de um portfólio que sacie essa falta.

No decorrer dos debates em sala de aula, encaminhamos a definição e o planejamento da atividade de encerramento das oficinas. A proposta era promover uma produção fotográfica em grupo, visando realizar uma exposição fotográfica no ambiente escolar na Semana da Consciência Negra, data comemorada oficialmente em 20 de novembro. O objetivo era fazer com que os estudantes sejam estimulados a produzir ensaios fotográficos sobre a presença da cultura negra na comunidade onde vivem, a partir da capacitação sobre a técnica e a estética da fotografia e dos debates sobre a temática do projeto. Os temas e modos de abordagem foram escolhidos coletivamente pelos grupos, promovendo o protagonismo e a livre expressão dos participantes, cabendo à equipe de extensão supervisionar o processo.

Partindo das experiências vividas em sala de aula, foram realizadas propostas extremamente distintas nas duas escolas. Na Escola Municipal Neco Circe, a preocupação com a questão da identidade e autoestima dos estudantes se evidenciou no debate sobre as representações do negro na mídia. Durante o debate sobre o tema, os alunos citaram a jornalista Raíza Tavares como exemplo de personalidade negra com visibilidade na mídia local. Ela é repórter da TV Borborema, emissora afiliada ao SBT em Campina Grande. A jornalista aparece geralmente em reportagens policiais de programas como “A Patrulha da Cidade” e o telejornal “Borborema Notícias”, ambos com forte penetração nos segmentos mais populares. Os alunos destacaram, entre outros aspectos, a questão da estética, principalmente o fato de Raíza Tavares ser um dos poucos exemplos de figuras da televisão que aparecem na tela com os cabelos volumosos e cacheados, tipo de estética geralmente reprimida entre os alunos no contexto escolar onde estão inseridos. A partir disso, planejamos como atividade de encerramento da disciplina uma dinâmica fotográfica de produção de retratos com a participação de Raíza Tavares, que aceitou participar da ação. A convidada foi entrevistada pela turma e relatou situações pessoais vividas por ela e que, em alguns casos, se assemelham às experiências vividas pelos

alunos. Um estúdio fotográfico foi montado em uma das salas de aula da Escola Neco Cirne, com fundo fotográfico e flashes. Todas as fotografias foram produzidas pelos alunos, que solicitaram poses para a repórter, geralmente buscar elementos de valorização da estética negra. Interessante destacar que foi na presença com Raíza Tavares o primeiro momento em que algumas das alunas participantes deixaram os cabelos soltos para frequentar as atividades no ambiente escolar.

Figura 01: Produção de Retratos com a jornalista Raíza Tavares



Já na Escola Tiradentes, dois dos alunos participantes também estavam vinculados ao projeto “Capoeira na Escola”, promovido pela Secretaria Municipal de Educação de Campina Grande, o que motivou a escolha no registro fotográfico da capoeira como atividade final. A sugestão apresentada pelos alunos capoeiristas foi aceita, o que acabou estabelecendo o contato de outros participantes das oficinas com o universo da capoeira, além de promover o registro fotográfico de uma ação de valorização da cultura afro-brasileira que já está inserida no cotidiano escolar, contribuindo para difundi-la.

Figura 02: Registro fotográfico das aulas de Capoeira



As fotos produzidas pelos estudantes das duas escolas participantes foram expostas durante a programação do Dia da Consciência Negra da Secretaria de Educação de Campina Grande, em evento promovido na manhã de 20 de Novembro de 2018 na Praça da Bandeira, ponto de grande movimentação no centro da cidade. As fotos também foram expostas em cada escola de 20 a 23 de Novembro, com o objetivo de atingir toda a comunidade escolar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As oficinas desenvolvidas no decorrer de 2018 podem ser caracterizadas como uma experiência piloto no sentido de construir uma metodologia de intervenção educacional que permita adotar a fotografia como elemento lúdico que estimule o debate de questões étnico-raciais vinculadas ao cotidiano escolar. Identificamos que ainda existem lacunas quanto a preparação da própria equipe em relação a determinados aspectos da cultura afro-brasileira, demandando maior aprofundamento conceitual e a inserção de novos elementos no planejamento das atividades. As oficinas demonstraram eficácia no sentido de pautar debates vinculados à questão da identidade e autoestima, principalmente no que se refere à valorização da estética negra. Nesse sentido, a fotografia atua muito mais como elemento de “auto-conhecimento” e de percepção da própria imagem dos alunos de uma faixa etária onde os dilemas sobre a relação entre aparência e aceitação social são frequentes. Entretanto, ainda identificamos que a superação de preconceitos e estereótipos demanda um trabalho mais contínuo, que consiga agregar corpo docente, família e toda a comunidade escolar, sendo a oficina uma estratégia catalisadora desse debate. Destacamos ainda a elaboração de uma cartilha que foi distribuída entre os participantes no encerramento das oficinas e que deverá ser aperfeiçoada para as edições seguintes do projeto. O livreto apresenta de modo resumido os principais temas discutidos no projeto, atravessando os eixos da linguagem fotográfica e da cultura afro-brasileira. A cartilha, juntamente com os ajustes necessários para a definição de uma metodologia de trabalho, tem o objetivo de promover a difusão da experiência pedagógica do uso da fotografia em sala de aula, estimulando que o modelo do projeto possa ser replicado noutros espaços educacionais, contribuindo para a ampliação das discussões sobre as questões étnico-raciais e para a efetivação da legislação que determina a inserção da cultura afro-brasileira e indígena no currículo escolar.

REFERÊNCIAS

- BARTHES, Roland. **A Câmara Clara**: nota sobre a fotografia. Tradução: Júlio Castañon Guimarães. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2017.
- BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm>. Acesso em 17 de outubro de 2017.
- _____. Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm>. Acesso em 17 de outubro de 2017.
- _____. Lei nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em 17 de outubro de 2017.
- DUBOIS, Philippe. **O ato fotográfico e outros ensaios**. Campinas: Papirus, 1993.
- FREITAS, José Vicente. **Educomunicação**: Contextualizando o processo de atribuição de sentidos e significados no delineamento do conceito. Revista Brasileira de Educação Ambiental - RevBEA, São Paulo, SP, v.10, Nº2, 2015. Disponível em:<<http://www.sbecotur.org.br/revbea/index.php/revbea/article/view/4691>>. Acesso em: 17 set. 2017.
- KAPLÚN, Mario. **Comunicacion entre grupos: el método del Cassete-Foro**. Buenos Aires: Humanitas, [s.d.]. 1988.
- KOSSOY, Boris. **Os Tempos da Fotografia**. Cotia-SP: Ateliê Editorial, 2007.
- SANTOS, Ana Carolina Lima. **Realidade e Representação**: o discurso visual no fotojornalismo. Mediação. Belo Horizonte, v 9, nº 9, julho-dezembro de 2009. Disponível em: < <http://www.fumec.br/revistas/mediacao/article/view/298/295>>. Acesso em 25 de setembro de 2017.
- SCHAEFFER, Jean-Marie. **A imagem precária**: sobre o dispositivo fotográfico. Campinas: Papirus, 1996.
- SOARES, Ismar de Oliveira. **Educomunicação e Educação Midiática**: vertentes históricas de aproximação entre comunicação e educação. Comunicação & Educação, São Paulo, v. 19, n. 2, p. 15-26, sep. 2014. ISSN 2316-9125. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/comueduc/article/view/72037/87468>>. Acesso em: 06 out. 2017.